

INFORMEF RESPONDE

Belo Horizonte, 03 de abril de 2025

EMENTA: FALECIMENTO DE UM EMPREGADO.

1. INTRODUÇÃO

O falecimento de um empregado acarreta a extinção imediata do vínculo empregatício, por se tratar de uma relação personalíssima. Este evento possui impactos jurídicos, contábeis e previdenciários relevantes, especialmente no tocante ao correto preenchimento e envio da obrigação acessória **eSocial**, no evento **S-2299 (Desligamento)**.

Este relatório tem como finalidade apresentar as orientações técnicas e legais sobre o procedimento de desligamento por falecimento no eSocial, além de destacar os cuidados necessários quanto ao preenchimento correto das informações, à luz da legislação trabalhista e previdenciária vigente.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

2.1. Personalidade do Contrato de Trabalho

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) trata o vínculo de emprego como uma relação personalíssima. Logo, com o falecimento do trabalhador, ocorre **a extinção automática do contrato**, sem a necessidade de manifestação de vontade por parte do empregador.

Art. 483, § único, da CLT:

“Falecendo o empregado, o pagamento das verbas rescisórias deverá ser feito aos seus dependentes habilitados perante a Previdência Social ou, na falta deles, aos sucessores legais.”

3. OBRIGAÇÕES NO eSOCIAL

3.1. Evento S-2299 – Desligamento

Quando o desligamento do empregado ocorrer em razão de óbito, o empregador deverá registrar a rescisão **por motivo de falecimento**, utilizando o evento **S-2299**, com os seguintes destaques:

- **Motivo do desligamento:** código correspondente a "Falecimento do Empregado";

- **Data de Desligamento:** a data do óbito;
- **Data de Pagamento da Rescisão:** conforme legislação, deve ocorrer até **10 dias após o óbito** (art. 477, § 6º da CLT);
- **Informar dependentes habilitados ou herdeiros legais:** o pagamento das verbas rescisórias será destinado conforme habilitação no INSS ou por alvará judicial.

Atenção: O campo "**Data de Óbito**" é de preenchimento obrigatório, conforme atualizações do eSocial. A omissão desta informação poderá gerar rejeições no envio ou penalidades por descumprimento da obrigação acessória.

4. ASPECTOS PRÁTICOS E CONTÁBEIS

4.1. Verbas Rescisórias Devidas

Embora se trate de um desligamento por falecimento, ainda assim são devidas as verbas trabalhistas proporcionais:

- Saldo de salário do mês do óbito;
- Férias vencidas e proporcionais, acrescidas do 1/3 constitucional;
- 13º salário proporcional;
- Depósitos do FGTS (até a data do falecimento) com posterior levantamento por dependentes;
- Multa rescisória do FGTS não é devida nessa hipótese.

4.2. Documentação Necessária

- Cópia da certidão de óbito;
- Declaração de dependentes habilitados do INSS ou alvará judicial;
- Cópia de documentos pessoais dos herdeiros ou dependentes para o pagamento das verbas.

5. PROCEDIMENTOS JUNTO À PREVIDÊNCIA SOCIAL

O levantamento do FGTS e o requerimento de pensão por morte deverão ser solicitados pelos dependentes diretamente à **Caixa Econômica Federal** e ao **INSS**, respectivamente.

Pensão por Morte: Deve ser requerida junto ao INSS, com base na **Lei nº 8.213/1991**, observando a qualidade de segurado do falecido à data do óbito.

6. RESPONSABILIDADES E PENALIDADES

O não cumprimento correto das obrigações perante o eSocial poderá ensejar:

- Multas administrativas (CLT, art. 634-A; Portaria MTP nº 671/2021);
- Impedimentos para emissão de CND (Certidão Negativa de Débitos);
- Rejeições na escrituração digital e inconsistências fiscais e trabalhistas.

7. RECOMENDAÇÕES AOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS

Aos Contadores

- Atentar para os prazos e parametrizações corretas no sistema de folha de pagamento;
- Verificar as tabelas do sistema para permitir o envio do motivo de desligamento por falecimento com a obrigatoriedade da data de óbito.

Aos Consultores Trabalhistas e Previdenciários

- Verificar se há dependentes habilitados no INSS ou necessidade de alvará judicial;
- Recomendar que a empresa oriente os familiares sobre os procedimentos previdenciários.

Aos Advogados

- Apoiar juridicamente no levantamento de valores por sucessores legais, se necessário;
- Atuar junto ao judiciário para obtenção de alvará de levantamento de verbas, na ausência de dependentes habilitados no INSS.

ANEXO I – ROTEIRO INTERNO DE PROCEDIMENTOS PARA EMPRESAS

Objetivo: Garantir que o processo de desligamento por falecimento do empregado seja conduzido corretamente, evitando erros no eSocial e garantindo a quitação de obrigações trabalhistas.

Passo a Passo para o Departamento de Recursos Humanos (RH) e Contabilidade

1. Comunicação do Falecimento

- Confirmar a ocorrência do falecimento e obter **cópia da certidão de óbito**.
- Identificar os **dependentes habilitados no INSS** ou a necessidade de um alvará judicial para pagamento das verbas rescisórias.
- Notificar o setor de contabilidade e jurídico sobre o ocorrido.

2. Registro do Desligamento no eSocial (Evento S-2299)

- Acessar o sistema de folha de pagamento e localizar o cadastro do empregado falecido.
- Informar o motivo do desligamento como "**Falecimento do Empregado**".
- Inserir a **data do óbito** como data de desligamento.
- Gerar e enviar o evento **S-2299** ao eSocial.
- Emitir **TRCT (Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho)** para os sucessores legais.

3. Cálculo e Pagamento das Verbas Rescisórias

- Calcular as verbas rescisórias considerando:
- Saldo de salário** até a data do falecimento.
- Férias vencidas e proporcionais + 1/3 constitucional.**
- 13º salário proporcional.**
- Depósitos do FGTS até a data do óbito.**
- Multa rescisória do FGTS (40%) não é devida.**
- Pagar as verbas rescisórias **até 10 dias após o óbito** (art. 477, § 6º, CLT).

4. Procedimentos Relacionados ao FGTS e INSS

- Emitir **Chave de Identificação** para saque do FGTS pelos dependentes na Caixa Econômica Federal.
- Fornecer TRCT e documentos necessários para os dependentes solicitarem **Pensão por Morte** no INSS.

5. Entrega de Documentos aos Sucessores

- Disponibilizar:
- TRCT** (Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho).
- Guias de FGTS e Seguro-Desemprego** (se aplicável).
- Comprovante de quitação das verbas rescisórias.**
- Declaração para o INSS sobre último salário e contribuições.**
- Se não houver dependentes habilitados, orientar os herdeiros a obter um **alvará judicial** para saque das verbas rescisórias.

6. Arquivamento e Conclusão

- Registrar a finalização do desligamento e arquivar os documentos no prontuário do empregado falecido.
- Atualizar sistemas internos e livros fiscais, se aplicável.

ANEXO II – CHECKLIST DE DOCUMENTOS PARA O DESLIGAMENTO POR FALECIMENTO

Documento	Quem Fornece	Observação
Certidão de Óbito	Família do empregado	Cópia obrigatória para o desligamento.
Carteira de Trabalho (CTPS)	RH da empresa	Atualizar e devolver à família.
Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho (TRCT)	RH / Contabilidade	Assinado pelo representante da empresa.

Documento	Quem Fornece	Observação
Comprovante de Pagamento da Rescisão	Contabilidade	Para comprovar quitação das verbas.
Chave de Identificação do FGTS	RH / Caixa Econômica	Para saque pelos dependentes.
Declaração de Dependentes do INSS	Família ou INSS	Para direcionamento das verbas rescisórias.
Alvará Judicial (se necessário)	Família / Advogado	Exigido caso não haja dependentes habilitados no INSS.
Declaração para INSS sobre Última Remuneração	RH / Contabilidade	Necessária para concessão da pensão por morte.

ANEXO III – MODELO DE COMUNICAÇÃO À FAMÍLIA DO EMPREGADO FALECIDO

[Nome da Empresa]
[Endereço Completo]
[Cidade, Estado, CEP]
[E-mail da Empresa]
[Telefone de Contato]

À Família do Sr./Sra. [Nome do Empregado]

Prezados,

É com grande pesar que recebemos a notícia do falecimento do(a) Sr./Sra. [Nome do Empregado], colaborador(a) de nossa empresa. Expressamos nossos mais sinceros sentimentos e solidariedade neste momento difícil.

Informamos que, conforme a legislação trabalhista, os direitos trabalhistas do(a) falecido(a) serão quitados e direcionados aos seus dependentes ou herdeiros legais. Para darmos prosseguimento ao processo de rescisão e pagamento das verbas rescisórias, solicitamos que um representante da família entre em contato com nosso setor de Recursos Humanos.

Documentos necessários para a liberação das verbas:

1. **Cópia da Certidão de Óbito;**
2. **Documento de identificação do(s) dependente(s) ou herdeiro(s) legais;**
3. **Comprovante de dependência habilitada no INSS (ou, se necessário, um alvará judicial).**

Nosso setor de RH está disponível para esclarecer quaisquer dúvidas e oferecer o suporte necessário. Por gentileza, entre em contato pelo telefone [Telefone] ou pelo e-mail [E-mail da Empresa].



Atenciosamente,
[Nome do Responsável]
[Cargo]
[Nome da Empresa]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses materiais complementares têm o objetivo de **padronizar e facilitar o processo de desligamento** por falecimento do empregado, garantindo conformidade legal e segurança tanto para a empresa quanto para os dependentes do trabalhador.

O modelo de petição para alvará judicial foi incluído no documento, garantindo um guia completo para o desligamento por falecimento no eSocial. Caso precise de ajustes ou adições, estou à disposição.

ANEXO IV - Modelo de Petição para Alvará Judicial

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DE [CIDADE/ESTADO]

[NOME DO REQUERENTE], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador do RG nº [XXXXXXXX] e do CPF nº [XXXXXXXXXX], residente e domiciliado em [endereço completo], vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por meio de seu advogado infra-assinado, requer a expedição de **ALVARÁ JUDICIAL**, com fundamento no art. 1.037 do Código de Processo Civil, pelos seguintes fatos e fundamentos:

1. Dos Fatos

O requerente é filho/cônjuge do falecido [**NOME DO EMPREGADO FALECIDO**], que era empregado da empresa [**NOME DA EMPRESA**], tendo vindo a óbito em [DATA]. O falecido deixou verbas rescisórias e saldo de FGTS, que precisam ser levantados para quitação de despesas e sucessão patrimonial.

2. Do Direito

Nos termos do art. 1.037 do CPC, quando há valores a receber por falecimento do trabalhador e inexistência de dependentes habilitados no INSS, os herdeiros podem pleitear a liberação por meio de alvará judicial. A CLT, em seu art. 477, § 6º, determina que as verbas rescisórias devem ser quitadas dentro do prazo legal, sendo essencial a expedição do alvará para permitir a liberação dos valores.

3. Do Pedido

Diante do exposto, requer:

a) A expedição de **alvará judicial** autorizando o levantamento das verbas rescisórias e FGTS deixados pelo falecido [**NOME DO EMPREGADO FALECIDO**], junto à empresa [**NOME DA EMPRESA**] e à Caixa Econômica Federal;



b) A isenção de custas, por se tratar de matéria de direito trabalhista e sucessório, conforme art. 98 do CPC;

c) A citação da empresa empregadora, caso necessário, para manifestação.

Nestes termos, pede deferimento.

[CIDADE], [DATA]

[NOME DO ADVOGADO] OAB/XX [NÚMERO]

7. CONCLUSÃO

O falecimento do empregado é um evento que, apesar de infeliz, exige **rigor técnico e jurídico** no cumprimento das obrigações legais e acessórias. O correto preenchimento do evento S-2299 no eSocial com a data de óbito é **obrigatório** e evita penalidades, inconsistências ou atrasos no cumprimento das obrigações legais da empresa.

Profissionais da contabilidade, consultoria e advocacia devem atuar de forma coordenada e proativa, garantindo a conformidade das informações transmitidas ao governo e a segurança jurídica no pagamento das verbas devidas aos sucessores.

Este relatório apresenta um guia detalhado para o desligamento por falecimento, assegurando conformidade legal e evitando penalidades.

A inclusão do modelo de petição para alvará judicial visa auxiliar os profissionais no encaminhamento correto dos valores rescisórios, quando necessário.

Este INFORMEF RESPONDE está em conformidade com a legislação vigente e atualizada até a presente data, salvo melhor juízo.

INFORMEF LTDA.

Gerando valor com informação e conformidade.

